

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO DO CORONEL ANTERO MATOS, *CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS*

Coube-me tecer as considerações finais acerca destes três dias de trabalho à volta de temas relacionados com a defesa e segurança sob o enfoque “Cabo Verde, Portugal e a Europa”. E com imenso prazer que o faço, atendendo ao debate útil havido aqui e porque, deste modo, tenho a oportunidade de exprimir publicamente o meu apreço por esta iniciativa dos auditores do curso de defesa nacional de 2002/2003 do Instituto de Defesa Nacional de Portugal que permitiu ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas de Cabo Verde dar mais um passo na concretização de um importante objectivo programático que é a nossa contribuição para a clarificação das políticas para o sector de defesa e segurança.

Não tínhamos em Cabo Verde precedentes de abordagem das questões de defesa e segurança, mas nos últimos dois anos o assunto tem sido bastante debatido no âmbito da preparação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e da Reforma das Forças Armadas, tendo para tal contribuído o Instituto de Defesa Nacional de Portugal, a Associação dos Auditores de Defesa e agora este grupo de Auditores, entre outras instituições e personalidades estrangeiras com as quais o Ministério da Defesa tem procurado relacionar-se.

A ausência de referências e de debates sobre estas matérias tem conduzido a abordagens superficiais, muitas vezes guiadas por preconceitos de ordem filosófica ou ideológica, quando não por raciocínios estritamente economicistas ou conhecimentos empíricos relativos às vertentes mais visíveis da problemática de defesa e segurança nacional, designadamente, as Forças Armadas e os Serviços de Informações da República.

Este colóquio evidenciou a grande dimensão do fenómeno segurança nacional ao abordar assuntos nele integrados como o desenvolvimento económico, a identidade nacional, as Forças Armadas, os serviços de informações, a segurança interna, nas suas vertentes de luta contra a criminalidade e manutenção da segurança pública, a vertente externa da segurança nacional com ênfase na CPLP, União Africana, CEDEAO, União Europeia, NATO e na questão da segurança colectiva, bem como nas relações económicas entre Cabo Verde e Portugal.

A oportunidade dos temas apresentados e a profundidade como foram tratados justificam, plenamente, a aposta feita pelos Auditores portugueses de Defesa e pelo Ministério da Defesa do nosso país e todo o empenho e o esforço despendido pelos organizadores do Colóquio tanto em Cabo Verde, como em Portugal. Os excelentes resultados desta parceria permitem augurar um futuro promissor no intercâmbio de ideias e experiências no sector da defesa e

segurança entre Portugal e Cabo Verde e a criação de sinergias que conduzam, especialmente do nosso lado, a um rápido desenvolvimento dos aspectos doutrinários, ultrapassando, deste modo, a apatia que tem caracterizado a matéria.

Um aspecto especialmente relevante deste Colóquio foi, certamente, a constatação da necessidade de um envolvimento cada vez maior dos diversos segmentos da sociedade no tratamento das questões ligadas à defesa e segurança. A experiência portuguesa neste particular, protagonizada, em primeiro plano, pelo Instituto de Defesa Nacional é bastante interessante e recomenda que não se perca tempo no engajamento da sociedade no debate das grandes questões atinentes à defesa e segurança que ora se colocam ao país, como sendo a adopção dos paradigmas para o sector e a reforma das Forças Armadas e das forças e serviços de segurança.

Só o adequado tratamento da problemática de defesa e segurança como um fenómeno transversal e a divulgação dos conhecimentos específicos nesta matéria possibilitam o equacionamento das grandes questões do desenvolvimento sob o ponto de vista dos interesses estratégicos do país. Nem sempre é fácil identificar a via mais acertada a seguir, porquanto, algumas vezes, os interesses económicos imediatos podem colocar em risco a soberania nacional, ou então, noutras vezes, os imperativos de segurança ou mesmo de soberania podem contrariar o esforço de desenvolvimento económico e social.

Para não me alongar mais, gostaria de agradecer aos Auditores de Defesa que participaram neste empreendimento, tanto os presentes como aqueles que não conseguiram deslocar-se ao nosso país, pelo interesse manifestado por Cabo Verde e pela contribuição trazida para o debate de ideias e desejar a todos que tenham aproveitado a sua estada nestas ilhas atlânticas e um bom regresso à casa.

Aproveito esta oportunidade para manifestar o nosso reconhecimento ao Sr. General Garcia Leandro e, por seu intermédio, ao Instituto de Defesa Nacional, não apenas pela grande contribuição que trouxe ao Colóquio, mas também pelo apoio que o IDN vem prestando ao nosso país através da formação de quadros na sua esfera de actuação.

Não poderia deixar de estender os meus agradecimentos nem de dirigir estas breves palavras de estímulo à equipa que trabalhou na organização deste evento. Por último, agradeço vivamente aos oradores e moderadores nacionais e residentes que, prontamente, aceitaram apoiar-nos na concretização desta feliz iniciativa.

Obrigado